

o[s] tempo[s] do[s] medi@

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 7 . 2007

A propaganda colonial
no início do Estado Novo:
a acção do agente geral das colónias
Júlio Garcez de Lencastre (1932-1934)

José Luís Lima Garcia

GARCIA, José Luís Lima - "A propaganda colonial no início do Estado Novo:
a acção do agente geral das colónias Júlio Garcez de Lencastre, (1932-1934)."
In: *Estudos do Século XX*, n.º 7 (2007), p. 229-239.

José Luís Lima Garcia. Professor Coordenador da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico da Guarda, Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

O tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre era um militar que iniciara as suas funções castrenses na longínqua colónia de Timor, onde exercera alguns cargos administrativos de certa relevância durante doze anos, a partir de 1911. A presença nesta tão remota possessão ultramarina de Garcez de Lencastre seria importante para que, depois de regressado à Metrópole em 1927, se tivesse matriculado na Escola Superior Colonial para teoricamente complementar os conhecimentos empíricos que tinha aprendido aquando da sua passagem pela ilha do “sol-nascente”. Assim, em Maio de 1931, na sequência dessa experiência profissional, publicou no periódico da Agência um desses trabalhos¹ que resultara do seu conhecimento da geografia física e cultural desse esquecido território do Império luso e que apresentara à disciplina de Higiene Colonial, com o título de “Climatologia e Nosologia de Timor”². Colaborara ainda na imprensa em jornais como o *Diário de Lisboa* e a *Gazeta das Colónias* com artigos de divulgação sobre Timor. A par da carreira militar e do estudo da problemática colonial, Garcez de Lencastre depois do regresso à Europa ainda desempenhara funções importantes de carácter técnico em 1929, como presidente dum Junta de Recrutamento Militar no norte do País, e em 1932, antes de ser nomeado responsável pela Agência Geral das Colónias, exercia funções autárquicas como vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa.

Entretanto, a nomeação para o lugar de Agente Geral das Colónias ocorreria em 4 de Abril de 1932 para um cargo dos mais relevantes que o tenente-coronel Lencastre havia tido até esse momento. Sobretudo porque sendo uma função de confiança política, a sua escolha deveria ter sido criteriosa por parte do ministro das Colónias Dr. Armindo Monteiro, pois estando este militar próximo de Filomeno da Câmara e do sector mais conservador do regime republicano, seria a pessoa mais indicada para suceder ao Dr. Armando Cortesão, homem de confiança do anterior regime republicano e também ele um dos elementos mais prestigiados de uma família de democratas onde pontuavam os nomes do pai, o filólogo António Cortesão, e o do irmão, o médico e historiador Jaime Cortesão. Um outro facto que teria contribuído como causa última para a decisão do Dr. Armindo Monteiro teria sido a organização, num período tão sensível para o ressurgimento do império português, do almoço de confraternização dos alunos da Escola Superior Colonial que se realizou no dia 12 de Março de 1932 a bordo do navio *Niassa*, da Companhia Nacional de Navegação, e em que estiveram presentes, para além do ministro das Colónias, grande parte do corpo docente e discente desta Escola de

Este artigo é a versão abreviada apresentada pelo autor ao Colóquio do Centenário do Instituto de Ciências Sociais e Políticas realizado em Lisboa entre os dias 25 e 27 de Outubro de 2006 sobre o tema: “Cem anos de Investigação em Ciências Sociais e Políticas”.

¹ Para além deste trabalho sobre Timor, Garcez de Lencastre apresentou no *Boletim* n.º 54 dedicado especialmente a esta colónia da Oceânia dois trabalhos sobre a mesma ilha que intitulou “Aspectos da Administração de Timor” e “Algumas regras gramaticais da língua tétum e vocabulário”. Vide *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, Dezembro de 1929, n.º 54, respectivamente p. 32-54 e 82-92.

² LENCASTRE, Júlio Garcez de – “Climatologia e Nosologia de Timor”. In: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VII, Maio de 1931, n.º 71, p. 61-77. Também sobre estes aspectos da geografia e história timorenses publicou outros artigos intitulados: “Marcos da Expansão do Império – Solor, Alor e Timor” e “Evolução e aproveitamento do indígena colonial”, nos *Boletins da Agência Geral das Colónias* n.º 86-87, de Agosto-Setembro de 1932, e n.º 104, de Fevereiro de 1934, respectivamente p. 12-36 e p. 8-17.

formação de quadros coloniais, salientando-se, entre os primeiros, o antigo fundador e o então director desta Escola, respectivamente drs. Moreira Júnior e conde de Penha Garcia e, entre os segundos, o tenente-coronel Garcez de Lencastre, presidente da direcção da Associação Académica dos Alunos da mesma instituição universitária. Entre os vários oradores que usaram da palavra neste almoço (o director da Escola e o ministro das Colónias), também usara da palavra, em representação dos estudantes, o tenente-coronel Lencastre, cujo discurso deverá ter sensibilizado o governante relativamente ao perfil da pessoa para fazer a reestruturação dos serviços de propaganda que estavam na dependência do seu Ministério. A propósito do ressurgimento imperial, tema caro ao Ministro, Garcez de Lencastre afirmava: “Para que o espírito do Império possa ser posto ao serviço do grande objectivo civilizador que mencionei, é preciso dar ao País uma organização que lhe falta ainda – para que, da Europa à Oceânia, todas as rodagens da máquina administrativa da economia portuguesa trabalhem de concerto, como que movimentadas pelo mesmo impulso de uma energia gigantesca. Será preciso, em hora próxima, dotar a nação com órgãos que interpretem as suas aspirações; mas é preciso que os órgãos que localmente executem as deliberações idas do alto da hierarquia do Império compreendam plenamente o pensamento que as ditou e dentro deles se cumpram”³.

O representante dos Alunos perfilhava deste modo da doutrina oficial do Estado Novo relativamente ao sentido unitário do seu Império e apelava para que a sua Escola pudesse servir de alfofre na formação dos administradores ultramarinos. Para que isso acontecesse dever-se-ia cumprir o decreto n.º 20.674, de 23 de Dezembro de 1931, nomeadamente no que respeitava às condições materiais para alojar condignamente a “Universidade Colonial” e elevar a frequência de alunos para um valor acima da centena⁴. Garcez de Lencastre fazia alusão ao tipo de alunos que frequentavam a Escola, alguns dos quais como ele já não tinham idade para recomeçar uma carreira administrativa colonial, que principiava a partir de lugares de base, como eram os de aspirante e chefe de posto. Referindo-se à sua própria situação de oficial do Exército, Lencastre afirmava que esse facto não era impeditivo de uma vontade de aprender e estudar mais e, certamente, que muitos dos seus colegas ao tomarem conhecimento deste discurso sentiriam o apelo à “ideia colonial” e com esse estímulo poderiam elevar-se tal “como se numa elevada montanha olhassem a superfície do mar e até as mais alterosas vagas nos parecem pequenas e imóveis”⁵. Ao terminar o discurso, o representante dos Alunos da Escola Superior Colonial dirigindo-se ao Ministro incentivava-o a ir para a frente com a reorganização da Escola, bem como com a reforma de todo o Ministério que tutelava. Desejava também que o contacto que iria ter com as possessões africanas e com as suas populações locais, na viagem de Estado que muito brevemente iria fazer a São Tomé e Príncipe e Angola, seria muito útil para a valorização do Império Colonial português e importante para de *visu* poder constatar do desenvolvimento daqueles territórios tropicais.

³ Vide “O almoço de confraternização dos alunos da Escola Superior Colonial – Discurso do presidente da direcção da Associação Académica dos Alunos da Escola Superior Colonial”. In: *Boletim Geral das Colónias*. Ano VIII, Março de 1932, n.º 81, p. 118-134, especialmente p. 122-123.

⁴ De notar que no ano de 1932 frequentavam a Escola Superior Colonial 106 alunos, dos quais 52 eram alunos do 1.º ano. Idem, *Ibidem*, p. 123.

⁵ Idem, *Ibidem*.

E, de facto, a reforma do ministério das Colónias tutelada pelo Dr. Armindo Monteiro foi para diante e, vinte e três dias depois deste discurso, o seu autor era nomeado Agente Geral das Colónias, a partir de 4 de Abril de 1932, passando a ser parte integrante da reforma que pretendia “cumprir” essa “ideia da unidade do império”. Deste modo, para o novel funcionário a Agência era uma instituição que deveria antes de mais ser um veículo de propaganda e por meio dessa técnica de comunicação fazer a divulgação do Império, particularmente das suas paisagens, das suas gentes e dos seus produtos. E uma forma de publicitar os produtos agrícolas, comerciais e industriais das possessões portuguesas seria através da realização de mostruários e exposições das matérias-primas tropicais, quer no território Nacional (metrópole e colónias), quer no Estrangeiro. E uma das oportunidades para realizar esse desiderato seria participar com todos os meios (humanos e financeiros) numa anunciada Exposição Industrial, onde haveria uma Secção Colonial que se iria realizar em Lisboa, em Agosto de 1932, sob a égide conjunta do ministério das Colónias e da respectiva Agência Geral das Colónias e, também, participar nas Feiras das Amostras de Luanda e de Lourenço Marques, aquando da viagem ministerial a esses territórios do Dr. Armindo Monteiro. Reproduzindo as novas ideias surgidas com a Ditadura Militar, relativamente ao Império Colonial, o novo Agente considerava portanto que, no novo contexto pós-republicano do Estado Novo, “tudo o que no mundo é português deve viver numa estreita solidariedade, de tal modo que nenhum interesse reconheça superior ao seu próprio”⁶.

Dominado por esta ideia do “essencial” e do “possível” que ressaltava do primeiro ano de actividade de Garcez de Lencastre na Agência-Geral das Colónias, este publicara um relatório sobre esse período de tempo, no n.º 100, de Outubro de 1933, do *Boletim Geral das Colónias*. Nas quatro divisões em que se dividia a Agência, decorreram as principais actividades da instituição realçando-se neste hiato de tempo os serviços de “Procuradoria”, na 1.ª divisão, salientando-se entre as demais tarefas a abertura de um concurso para fornecimento de água e luz para a cidade de Luanda, a aquisição de um rebocador para a colónia da Guiné, fornecimento de valores selados, sendo que as possessões que mais utilizaram esta divisão foram Angola, Cabo Verde e Guiné e que a importância que a Agência desembolsou para aquisições de produtos e serviços para estas colónias andava na ordem dos 306.044\$53 escudos⁷. Relativamente à 2.ª divisão, “Informações”, de destacar apenas a forma modelar como funcionavam os serviços de estatística das colónias de Moçambique e da Guiné, o que era insignificante para todo o manancial de informações que poderiam vir das outras possessões e que seriam muito úteis de consultar para os leitores do *Boletim*, nomeadamente no que respeitava aos preços dos produtos e das matérias-primas agrícolas e industriais e ainda no que se reportava à publicação actualizada dos valores das pautas alfandegárias. Quanto à 3.ª divisão, de “Propaganda”, Garcez de Lencastre propunha que se continuasse com as acções de divulgação do nosso património colonial nos liceus, nas escolas técnicas, nas escolas de magistério primário e nas universidades com o apoio e a colaboração de entidades devotadas à causa ultrama-

⁶ Vide LENCASTRE, J. Garcez de – “Política do Império Colonial”. In: *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Junho de 1932, n.º 84, p. 149-151, especialmente p. 151.

⁷ LENCASTRE, J. Garcez de – “Um Ano de Actividade da Agência Geral das Colónias”. *Ibidem*, *Boletim* de Outubro de 1933, n.º 100, p.122.

rina, como o eram de facto a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Escola Superior Colonial. O aproveitamento de professores, alunos, diplomados, publicistas, jornalistas, funcionários e governantes coloniais seria uma mais valia para a promoção do Império, nomeadamente quando anualmente se organizavam as “Semanas das Colónias” em parceria com as instituições científico-pedagógicas acima discriminadas e ainda com outros estabelecimentos de Ensino (secundário e superior), Autarquias e outras entidades que mostraram disponibilidade para realizar tais eventos como era o caso das associações de Lisboa e do Porto do movimento “Pró-Colónias”. De salientar a participação da Agência em vários eventos de divulgação da acção colonial de Portugal, nomeadamente em três grandes acontecimentos publicitários: Exposição Industrial de Lisboa, Semana Portuguesa de Vigo e Conferência no Casino do Estoril.

Relativamente à primeira destas realizações, a Exposição Industrial de Lisboa, foi a mesma inaugurada no dia 3 de Outubro de 1932 pelo presidente da República, Óscar Carmona, e pela maior parte dos ministros do Governo do Estado Novo, no poder há apenas três meses. O evento, na opinião de Garcez de Lencastre, demonstrava que Portugal adoptara uma política económica unitária e dispunha de potencialidades que iam além das que existiam na Metrópole, e que as Colónias já detinham condições para transformar as matérias-primas locais em produtos industriais até ali importados da Europa⁸. Também, na perspectiva deste alto funcionário, se abandonara definitivamente a política das feitorias e da ocupação momentânea do litoral de África, tendo-se iniciado, depois das campanhas de pacificação militar, de finais do século XIX, a ocupação exaustiva do interior dos territórios coloniais, como ficara provado pela realização das feiras de amostras de Luanda e de Lourenço Marques, as conferências comerciais e as viagens de membros do Governo metropolitano às possessões ultramarinas, como a visita feita, entre Abril e Outubro de 1932, pelo ministro das Colónias Dr. Armindo Monteiro, aos territórios de São Tomé e Príncipe e Angola. Mas esta política para ter sucesso tinha de contar, de acordo com o Agente Lencastre, com a participação, o esforço e a valorização das populações nativas locais, pois só assim a colonização se tornaria o reflexo de uma obra moral e civilizadora⁹. Assim, para as autoridades portuguesas esta Exposição mais do que uma retrospectiva histórica do passado colonial, deveria ser uma demonstração das potencialidades económicas do presente, na qual, no dizer do presidente da Associação Industrial Portuguesa engenheiro José Maria Alvarez, a apresentação das matérias-primas e produtos coloniais deveria ser feita com um rigor utilitarista de elucidar os visitantes com gráficos, atraentes cartazes e outro material informativo adequado onde constassem preços, regimes aduaneiros, transportes, embalagens e demais aspectos demonstrativos da função publicitária do evento¹⁰.

Em 2 de Março de 1933 realizara-se igualmente uma sessão de divulgação colonial, no salão da Sociedade de Propaganda da Costa do Sol, do Casino do Estoril, presidida pelo ministro das Colónias Dr. Armindo Monteiro, com a presença de muitas personalidades ligadas às possessões ultramarinas como o tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre, o brigadeiro João de Almeida, o tenente Henrique Galvão e o jornalista Júlio Cayolla. António Eça de Queirós, redactor do *Jornal do Comércio e das Colónias*, fizera

⁸ Vide “Grande Exposição Industrial Portuguesa-Discurso do Agente Geral das Colónias tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre”. In: *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Novembro de 1932, n.º 89, p. 131-138, especialmente p. 133.

⁹ Idem, *Ibidem*, p. 133.

¹⁰ “Discurso do presidente da Associação Industrial Portuguesa”. In: *Ibidem*, p. 133.

em inglês uma conferência sobre a importância geográfica das possessões lusas africanas, para um vasto público constituído especialmente por estrangeiros que viviam ou estavam de passagem por Portugal¹¹. Quanto à colaboração que a Agência Geral das Colónias dera à “Semana Portuguesa” realizada em Vigo, entre os dias 26 de Março e 2 de Abril de 1933, e visitada por 12.000 pessoas, de salientar que num *stand* próprio foram apresentadas as principais matérias-primas coloniais comercializadas e consumidas na Europa, como o açúcar, o algodão, o cacau, o café, a cera, o chá, as fibras, as madeiras, as oleaginosas, os tabacos. Na altura da inauguração, usara da palavra Garcez de Lencastre que salientara a importância desta representação do Portugal colonial nesta “Semana Portuguesa” realizada na cidade galega de Vigo, realçando o facto dos espanhóis terem tido a oportunidade de ver produtos que resultavam de um esforço colectivo entre populações indígenas e colonos lusos de diversos tipos de profissões (funcionários, comerciantes e industriais), no afã de realizar no terreno a missão civilizadora que o seu país desempenhava há tantos séculos¹². Ao mesmo tempo em que decorria a “Semana Portuguesa”, procedera a Agência à distribuição gratuita do *Boletim Geral das Colónias* e de várias monografias de temática colonial editadas por esta instituição de Lisboa. Também, nos cinemas desta cidade espanhola foram entregues cópias de filmes sobre temática colonial portuguesa para serem projectadas diariamente durante a vigência deste evento propagandístico. No Grémio Mercantil de Vigo, o tenente Henrique Galvão, director técnico da que viria a ser a Exposição Colonial do Porto, realizada em 1934, proferiu uma conferência sobre uma temática que muito interessava aos habitantes da cidade anfitriã e que se referia ao papel da “Galiza no povoamento das Colónias Portuguesas”¹³.

No respeitante a outras manifestações de propaganda ensaiadas por esta 3.^a divisão, dever-se-ia referir a aposta que esta fizera na vulgarização cinematográfica. Para se ver o desenvolvimento que este meio de divulgação tomara, bastará recordar que até 1932 apenas existia na Agência Geral das Colónias um único filme, e que alguns meses depois a instituição passara a possuir quarenta novos filmes, dos quais apenas sete tinham sido comprados e os outros trinta e três participados por entidades como o Ministério das Colónias, o Governo Geral de Moçambique, o Comissariado da Exposição de Paris e os Serviços Fotográficos do Exército¹⁴. Realizaram-se concomitantemente várias sessões de promoção das colónias portuguesas em Lisboa (*Voz do Operário, Casino do Estoril e Cinema Condes*). A Agência continuou, em parceria com a Sociedade de Geografia de Lisboa, a organizar anualmente a “Semana das Colónias”, realizando em cidades que iam de Trás-os-Montes ao Algarve sessões de divulgação sobre os territórios de Além-Mar. De acordo com o ministro que tutelava a Agência, Dr. Armindo Monteiro, a propaganda deverá ter “...as mesmas características que a penetração comercial – tem de

¹¹ Vide “A Agência Geral das Colónias e a propaganda colonial – Uma conferência no Casino do Estoril”. In: *Boletim Geral das Colónias*. Ano IX, Abril de 1933, n.º 94, p. 117-124, especialmente p. 124.

¹² Vide “A Agência Geral das Colónias e a sua cooperação na “Semana Portuguesa de Vigo” – O discurso do Sr. Agente Geral das Colónias”. In: *Ibidem*, Ano IX, Abril de 1933, n.º 94, p. 131-135, especialmente p. 131.

¹³ “Nota da Agência Geral das Colónias sobre a “Semana Portuguesa de...”. In: *Ibidem*, p. 141-142, especialmente p. 142.

¹⁴ LENCASTRE, J. Garcez de – “Um Ano de Actividade da...”. In: *Ibidem*. Ano IX, Outubro de 1933, n.º 100, p. 124.

ser metódica, insistente, persuasiva, e os resultados, se nem sempre são imediatos, fatalmente serão reconhecidos”¹⁵.

Na 4.ª divisão, “Boletim, Publicações e Biblioteca”, a Agência Geral das Colónias garantiria a publicação a tempo e horas do seu principal periódico, a ponto de na vigência do mandato do tenente-coronel Lencastre se ter editado o centésimo número do *Boletim*, nas palavras do seu responsável “valioso e utilíssimo repositório de ciência colonial”¹⁶. Desde o n.º 97, de Julho de 1933, que foram integradas neste periódico mais duas novas secções, a “Crónica Colonial”, do professor da Escola Superior Colonial, Lourenço Cayolla, e “Vida Ultramarina”, da responsabilidade do corpo redactorial da revista, e que se caracterizava por um repositório de pequenas notícias de todas as possessões coloniais portuguesas. Para o n.º 101 estava também prevista uma nova colaboração de um jornalista português residente na Bélgica, Vítor Falcão, sobre a colonização deste pequeno país do centro da Europa. Assim, em sete anos e meio de publicação, o periódico editou cem números, correspondendo a mais de trinta mil páginas de artigos sobre a mais variada actualidade colonial que ia desde questões respeitantes à história de soberania de Portugal nestas paragens tropicais, até aos mais recentes exemplos de colonizações que, a par da exploração das riquezas locais, propunham medidas humanitárias de respeito pela integridade física e moral dos indígenas. Neste período de tempo foram ainda publicados números especiais do periódico referentes às principais possessões ultramarinas portuguesas (n.º 44 – Guiné; n.º 45 – Cabo Verde; n.º 47 – Angola; n.º 49 – Índia; n.º 50 – Moçambique; n.º 54 – Timor), à Exposição Colonial Internacional de Paris em Vincennes (n.º 78), à visita do Ministro das Colónias a África (n.º 88 – Visita a São Tomé e Príncipe e Angola e n.º 90 – Visita a Moçambique), à 1.ª Conferência dos Governadores Coloniais (n.º 97), cujo trabalho de coordenação e de recolha se ficava a dever ao empenhamento do chefe de redacção e administrador do *Boletim*, o jornalista Júlio Cayolla.

Nesta secção ainda se publicaram no primeiro ano em que Lencastre esteve à frente da Agência cinco Relatórios, três Colectâneas de Legislação Colonial, algumas separatas em português, francês e inglês do discurso do ministro das Colónias Dr. Armindo Monteiro, proferido na XXII sessão do Instituto Colonial Internacional. Estavam ainda no prelo várias obras sobre a *Ditadura em Moçambique*, a *Assistência Médica dos Indígenas no Congo*, *Compilação da Legislação Colonial* e a saída de separatas dos discursos do presidente do Conselho Dr. Oliveira Salazar, na Conferência dos Governadores Coloniais¹⁷. Relativamente à Biblioteca da Agência, com o incremento de frequentadores na década de trinta (1932) para mais de um milhar de leitores (1.163), as instalações começaram a ser demasiado exíguas pelo que, para Garcez de Lencastre, só haveria duas formas de resolver o problema: ou aumentar as instalações e manter o mesmo horário, ou deixar as instalações como estavam e ampliar o horário de leitura para um período nocturno¹⁸.

¹⁵ Armindo Monteiro citado por LENCASTRE, J. Garcez de – Idem, *Ibidem*, p. 125.

¹⁶ LENCASTRE, J. Garcez de – “Um Ano de Actividade da...”. In: *Ibidem*. Ano IX, Outubro de 1933, n.º 100, p. 121.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 125-126. Ainda “Como funciona a Agência Geral das Colónias”. In: *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Janeiro de 1934, n.º 103, p. 136-138.

¹⁸ “Um Ano de Actividade da...”. In: *Ibidem*. Ano IX, Outubro de 1933, n.º 100, p. 126. Vide também para estes assuntos da “Agência Geral das Colónias”, o “Plano de Trabalhos para o ano económico de 1933-34

No ressurgimento da ideia de “Império” e do valor do património colonial português teria também contribuído decisivamente a realização e a participação da Agência em Exposições como a de Paris e a Industrial de Lisboa, se bem que a “coroa” de glória da política nacionalista do Estado Novo emergente na gestão do Dr. Armindo Monteiro na pasta das Colónias, e do tenente-coronel Garcez de Lencastre na Agência Geral das Colónias, foi a realização da primeira Exposição especificamente colonial na segunda cidade do país, a “mui nobre e leal” cidade do Porto. A organização de um tão importante evento para a promoção das parcelas tropicais começara com a antecedência de muitos meses relativamente à data prevista da inauguração, Junho de 1934, pelo que logo em 28 de Agosto de 1933 se fizera publicar o Decreto n.º 22.987 que instituíra formalmente a criação deste acontecimento promocional de tão elevado interesse patriótico¹⁹. O documento oficial que deu forma legal a esta Exposição era constituído por treze artigos, onde se consignavam todos os preceitos burocrático-financeiros necessários à importância deste evento que se realizava na “capital” do norte de Portugal, região bem conhecida pelas potencialidades comerciais, de há vários séculos a esta parte. Logo, no artigo 2.º, se enunciavam os critérios pelos quais se promovia este evento e que eram de ordem “essencialmente prático, mostrando a extensão, intensidade e efeitos da acção colonizadora portuguesa, os recursos e actividades económicas do Império e as possibilidades de estreitamento de relações comerciais entre as várias partes da Nação”²⁰.

Na sessão solene de inauguração, ocorrida na sala árabe do Palácio da Bolsa, entre outros discursos, de destacar as palavras do mentor deste projecto, o ministro das Colónias Dr. Armindo Monteiro, que, a dado passo, referiu a importância que um acontecimento deste tipo tinha para “lavar” a imagem distorcida que Portugal tinha como potência colonizadora, no contexto internacional daquela altura. A este respeito, fazia as seguintes afirmações: “A Exposição Colonial é uma forma activa de combate a todas estas formas de hostilidade à nossa actividade colonizadora. Mostra como, com pequenos meios, quase todas as colónias, ajudando a metrópole, conseguiram fazer muito e, como, administrando-se dentro de uma certa harmonia de vistas, atingiram níveis de trabalho e de civilização quase à mesma altura; prova que, para as colocarmos no plano de ocupação e de desenvolvimento em que se encontram e que não perde no confronto com possessões estranhas, não foi preciso o emprego de grandes massas de capitais; e também revela que nunca faltou o capital necessário para o metódico prosseguimento da nossa tarefa. E este é, na verdade, o ponto essencial”²¹.

Na mesma altura, Henrique Galvão, director desta mesma Exposição Colonial, num discurso por ocasião do acto de inauguração deste acontecimento, ratificava a ideia do

apresentado pelo Agente tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre ao Ministério das Colónias em 14 de Abril de 1933”. In: *Boletim Geral das Colónias*. Ano IX, Novembro de 1933, n.º 101, p. 3-23.

¹⁹ Vide “Decreto-Lei n.º 22.987, de 28 de Agosto de 1933”. A propósito desta Exposição Colonial *vide* os artigos de MOREIRA, Mimoso – “Uma Exposição Colonial: considerações e sugestões sobre a sua necessidade e organização” e “a 1.ª Exposição Colonial Portuguesa: o grande certame do Porto” publicados no *Boletim Geral das Colónias* n.º 86-87 e 103, de Agosto-Setembro de 1932, e Janeiro de 1934, respectivamente p. 53-61 e 76-81.

²⁰ Vide “Artigo 2.º, do Decreto n.º 22.987, de 28 de Agosto de 1933”, que instituíra a 1.ª Exposição Colonial Portuguesa. Também, “Decreto que instituiu a Exposição”. In: *Boletim Geral das Colónias (Número especial dedicado à 1.ª Exposição Colonial Portuguesa)*, Ano X, Julho de 1934, n.º 109, p. 141-144, especialmente p.141.

²¹ Vide “Discurso do Sr. Ministro das Colónias”. In: *Boletim Geral das Colónias*. Ano X, Julho de 1934, n.º 109, p. 236-259, especialmente p. 253.

ministro das Colónias de que, apesar de pequena metrópole europeia, Portugal detinha as mesmas condições de outras potências europeias para exercer o seu histórico direito de soberania sobre um vasto império colonial. E numa tradição secular de domínio sobre outras regiões e povos, Portugal, agora com o Estado Novo, ressurgia para retomar e reforçar essa influência e constituir uma unidade política, moral, espiritual e económica entre a metrópole europeia e os territórios ultramarinos. Este renovar da ideologia colonial unitária do Estado Novo salazarista estava impresso em todas as palavras deste responsável pela Exposição, mal se adivinhando que vinte e sete anos depois o mesmo homem estaria envolvido nas mais importantes e espectaculares acções para o derrube do regime que agora começava a ajudar a construir. Mas, para aquilatar-mos melhor da idiossincrasia que presidia ao discurso deste comissário da Exposição do Porto, nada melhor do que respigarmos alguns excertos do discurso proferido na altura no Palácio da Bolsa, perante os mais altos dignitários do regime, e no qual o tenente Galvão afirmava que “os homens da minha geração vieram ao Mundo dentro de um país pequeno. Felizmente vê-se que pretendem morrer dentro dum Império. Desde esse brilhante ponto de partida até á realidade imperial que constitui de facto o mais alto objectivo da Nação, há um longo caminho a percorrer – caminho que se vence dia-a-dia, com o trabalho, o entusiasmo, a persistência e a firme vontade que são próprios dos ideais que ressurgem. Numa passada desse caminho, cujo termo finalmente se enxerga mas que – não tenhamos ilusões – será ainda longe, difícil e árduo, – fez-se a primeira Exposição Colonial portuguesa, como uma contribuição dinâmica para a obra nacional de ressurgimento”²².

A Exposição que retratara os últimos cinquenta anos de acção colonizadora no Além-Mar foi encerrada no dia 30 de Setembro de 1934, com um imponente cortejo histórico, qual alegoria das actividades históricas, políticas e económicas do País, tendo na oportunidade desfilado pelas ruas da cidade do Porto um completo e variado grupo de figurantes que, tal como na concepção teórica do Acto Colonial, procurava recrear no terreno as diversas regiões e gentes do Império luso que iam do Minho, até aos longínquos territórios timorenses da Oceânia. De acordo com o professor da Escola Colonial Lourenço Cayolla, foi a permanência durante várias semanas desta Exposição junto do público do norte de Portugal, que viera tornar menos vaga a ideia que esse público tinha da nossa realidade tropical. E foi a possibilidade, segundo esse professor, de visitar e de visionar os diversos pavilhões de cada uma das colónias representadas e, ainda, de ler e interpretar os quadros estatísticos e as mostras de produtos e matérias-primas tropicais, que esses visitantes modificaram a sua opinião relativamente às mesmas e chegaram à conclusão que a realidade das nossas possessões ultramarinas era totalmente diferente. A ponto deste professor afirmar que, pela primeira vez, os cidadãos da Metrópole se aperceberam que os cidadãos das Colónias também eram “...não só pelas leis mas pelos factos de todos os dias, considerados como legítimos cidadãos de nacionalidade portuguesa...”²³. Também, resultara da realização desta Exposição no Porto a possibilidade, segundo alvitrava o jornal *O Comércio do Porto*, de se instalar nesta cidade um Museu

²² Vide “Discurso do Sr. Henrique Galvão”. In: *Ibidem*, p. 219-220.

²³ Vide CAYOLLA, Lourenço – “Crónica Colonial”. In: *Boletim Geral das Colónias*. Ano X, Outubro de 1934, n.º 112, p. 211-218, especialmente p. 216.

Colonial com o núcleo principal dos objectos que tinham estado em exibição no Palácio das Colónias, para desta forma permitir que os agricultores, comerciantes e industriais desta região nortenha pudessem conhecer o que de melhor se cultivava e produzia nos territórios tropicais²⁴.

Entretanto pelo Decreto n.º 23.848 que estabelecia a nova divisão administrativa da colónia de Angola, o tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre foi nomeado governador da província de Luanda, tendo para o substituir na Agência Geral das Colónias sido nomeado como Agente interino o chefe da 4.ª divisão da mesma instituição, o jornalista Júlio Cayolla. Deste modo, no gabinete do ministro das Colónias realizou-se no dia 8 de Agosto de 1934 a cerimónia de tomada de posse de Garcez de Lencastre e de outros governadores coloniais então indigitados para estas altas funções. Na ocasião usou da palavra o Dr. Armindo Monteiro que relembrou, aos novos funcionários superiores, o que consignava a Reforma Administrativa quanto às funções e competências destes funcionários, salientando que essas atribuições tinham sido alargadas para dar a estes novos governantes mais autonomia relativamente ao Governo da colónia e ao respectivo Ministério da tutela. Em nome dos empossados, usou da palavra o tenente-coronel Garcez de Lencastre que reafirmou publicamente, junto da autoridade superior que os dirigia, o compromisso de honra de exercerem os cargos com a mais elevada lealdade e competência, cumprindo as “superiores” instruções políticas traçadas para a gestão do Império Colonial português²⁵. Na mesma ocasião, o ministro das Colónias, Dr. Armindo Monteiro, dera posse ao novo Agente-Geral interino Júlio Cayolla, que, perante as personalidades presentes, reafirmou o gosto e a satisfação de continuar a obra do seu antecessor até porque, nas palavras de Cayolla, como funcionário da instituição, conhecia relativamente bem os *dossiers* e assim seria mais fácil continuar a obra do tenente-coronel Garcez de Lencastre, em prol do conhecimento e desenvolvimento do património ultramarino na posse de Portugal, desde os primórdios da Era Moderna²⁶.

²⁴ Vide a este propósito o artigo que o Dr. Bento Carqueja escreveu para o jornal *O Comércio do Porto*, de 2 de Setembro de 1934. Também, “Um museu colonial no Porto”. In: *Boletim Geral das Colónias*. Ano X, Agosto-Setembro de 1934, n.º 110-111, p. 287-288.

²⁵ Vide “Posse de altos funcionários de Angola – A orientação política do Império definida num discurso do Sr. Ministro das Colónias”. In: *Boletim Geral das Colónias*. Ano X, Agosto-Setembro de 1934, n.º 110-111, p. 236-240, especialmente p. 240.

²⁶ Vide “Agência Geral das Colónias – Despedida do antigo Agente Geral, Sr. Garcez de Lencastre, e posse do novo Agente interino, Sr. Júlio Caiola”. In: *Ibidem*, p. 242-243.